

Redução da maioria só para crimes hediondos

Maioria na comissão especial da Câmara defende que punição a partir dos 16 anos seja para assassinatos, latrocínio e estupro

BRASÍLIA

A maioria da comissão especial criada pela Câmara para discutir a redução da maioria penal defende que a responsabilização seja diminuída de 18 para 16 anos apenas para casos de crimes hediondos, como homicídio qualificado, latrocínio (roubo seguido de morte), estupro e sequestro. Dos 27 integrantes do colegiado, 14 seguem esta linha.

Segundo levantamento da Câmara dos Deputados, 77,8% dos deputados da comissão, que é dominada por parlamentares da Frente de Segurança Pública, mais conhecida como “bancada da bola”, são favoráveis à diminuição da idade para que um jovem seja responsabilizado penalmente como um adulto.

Ao todo, 21 disseram apoiar a antecipação da responsabilização como adulto – sendo que outros seis se posicionaram contrários à mudança.

Os deputados dessa comissão começaram a discutir na última quarta-feira uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe a redução da idade penal para 16 anos.

O principal argumento dos parlamentares a favor da mudança é que a medida reduziria a sensação de impunidade e contribuiria para combater a alta da violência.

Para os contrários à redução, o sistema prisional não tem condições de oferecer recuperação os adolescentes, e a mudança irá potencializar a criminalidade, já que os jovens estarão em contato dire-



PARLAMENTARES da comissão especial da Câmara discutem redução da maioria penal de 18 para 16 anos

to com outros presos.

Atualmente, um menor que comete crime pode ficar internado por, no máximo, três anos – e até os 21 anos. Depois, o crime não fica registrado em seus antecedentes. Essa comissão terá cerca de três meses para concluir seus trabalhos, no último passo antes de o tema ser submetido a votação no plenário da Câmara – se aprovado, seguirá para o Senado.

De acordo com a sondagem divulgada pela Agência Câmara, 17 deputados concordam com a idade de 16 anos, três defendem que não haja idade-limite, cabendo ao juiz definir se o adolescente irá responder ou não como adulto, e um propõe a idade de 10 anos.

A proposta de redução foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em meio a muita polêmica.

Dilma reage contra a proposta

Diante do avanço da discussão sobre a redução da maioria penal no Congresso, a presidente Dilma Rousseff reforçou o seu posicionamento contrário à proposta.

Em uma longa mensagem escrita em primeira pessoa e publicada em suas páginas do Facebook e do Twitter, Dilma diz que a proposta é um retrocesso e defende alterações na legislação para punir adultos que aliciavam jovens para o crime.

“Reduzir a maioria penal não vai resolver o problema da delinquência juvenil. Isso não significa dizer que eu seja favorável à impunidade. Menores que tenham cometido algum tipo de delito precisam se submeter a medidas socioeducativas, que nos casos mais

graves já impõem privação da liberdade. Para isso, o País tem uma legislação avançada: o Estatuto da Criança e do Adolescente, que sempre pode ser aperfeiçoado”.



DILMA aceita rever Estatuto

Mudança tem apoio do presidente da Câmara

Aprovado há duas semanas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, o projeto que reduz a maioria penal é apoiado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), um desafeto do governo. Com esse apoio, o projeto tem grande chance de ser aprovado na Casa até junho e seguir para o Senado.

Como é uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), Dilma não poderá vetar a medida se ela for promulgada pelo Congresso. Mesmo assim, avaliam assessores da Presidente, sua opinião é importante para o governo entrar no debate no mesmo campo que a base social que a elegeu em 2014.

Ministros do PT são favoráveis ao posicionamento pessoal de Dilma contra a redução da maioria penal e para que o partido ganhe mais força para enfrentar a cúpula do PMDB no Congresso, que defende a aprovação do texto.

O posicionamento pessoal de Dilma foi discutido por ela com seus ministros mais próximos em reunião com seu conselho político na semana passada. A Presidente voltou a se reunir com o grupo na manhã de ontem.

Como um contraponto à discussão da proposta que tramita no Congresso, Dilma afirmou na mensagem que já orientou o ministro Eduardo Cardozo (Justiça) para conduzir uma “ampla discussão” com representantes da sociedade civil para promover mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente.

“Reduzir a maioria não vai resolver o problema da delinquência. Isso não significa que eu seja favorável à impunidade”